



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENÁ EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**MARIA LÚCIA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES**

**AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE LIMOEIRO/PE: ENTRE AS  
DISPARIDADES DAS LEIS E A EFETIVA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL**

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

**MARIA LÚCIA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES**

**AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE LIMOEIRO/PE: ENTRE AS  
DISPARIDADES DAS LEIS E A EFETIVA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia na Modalidade a Distância, do  
Centro de Educação da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito para obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Joseane Abílio de Souza  
Ferreira

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

**MARIA LÚCIA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES**

**AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE LIMOEIRO/PE; ENTRE AS  
DISPARIDADES DAS LEIS E A EFETIVA PROPOSTA DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia na Modalidade a Distância, do  
Centro de Educação da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito para obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Idelsiute de Sousa Lima- orientadora  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

PROFESSOR CONVIDADDO

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

Dedico este trabalho a minha mãe Luiza Pereira, por ter sido sempre em minha vida um exemplo de mulher guerreira, amor e fé. Ao meu esposo Djalma Menezes, por estar sempre por perto incentivando minhas conquistas. Aos meus filhos Maria Luísa, Djalma Filho e Maria Beatriz, pelo carinho, paciência e por dividirem o nosso tempo para que eu busque meus caminhos. E por fim ao Tutor presencial Adiel Aureliano por todo apoio durante todo meu percurso.

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me dado força em vários momentos que para mim pareciam não dar para continuar e daí surgia uma força que me impulsionava a continuar, a professora Joseane Abílio que nesta reta final foi quem mais esteve presente e disposta a contribuir com esta conquista e a professora Idelsuite de Sousa Lima por ter dedicado tempo, paciência, incentivo e orientação neste trabalho.

A todos os professores, gestores, coordenadores, alunos e pais que colaboraram com minha pesquisa. Por fim a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a execução deste trabalho.

*“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”*

Paulo Freire.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é retratar a questão da inclusão escolar de crianças com deficiência/necessidades educacionais especiais na cidade de Limoeiro/PE, e enfatizando os serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais e o seu papel real no processo de inclusão escolar e social dos alunos públicos de educação especial. Esta pesquisa busca responder a seguinte questão: As salas de recursos da cidade de Limoeiro/PE vêm contribuindo para a inclusão escolar e social de seus alunos? A presente pesquisa foi classificada como empírica ou de campo e ocorreu fundamentada na abordagem qualitativa exploratória, na qual foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações para coleta de dados. Tivemos como sujeitos de pesquisas, professores das salas de recursos multifuncionais, professores de sala de aula regular, gestores escolares, coordenadores municipal da Unidade de Educação Especial, responsável pelo acompanhamento das salas de recursos e pais de alunos matriculados nestas salas. Os questionários e entrevistas foram formulados após ter sido, inicialmente, desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre a temática estudada. Finalizando o trabalho foi possível constatar que em Limoeiro/PE, apesar dos problemas identificados na pesquisa, o processo de inclusão ocorre e as salas de recursos, mesmo que ainda apresentando dificuldades, vem dando suporte a inclusão escolar e social dos alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Salas de Recursos Multifuncionais. Deficiências/Necessidades Educacionais Especiais.

## ABSTRACT

The objective of this work is to portray the issue of inclusion of children with disabilities / special educational needs in the city of Limon / PE, emphasizing the services of specialized educational services (ESA) in rooms Multifunction Resources and its actual role in the inclusion process school and social public special education students. This research seeks to answer the following question: The resource rooms of the city of Limon / PE have contributed to the educational and social inclusion of their students? This research was classified as empirical or field and was based on exploratory qualitative approach, in which open and closed questionnaires, interviews and observations for data collection were used. We as research subjects, teachers of multi-functional resources, teachers regular classroom, school administrators, municipal engineers Special Education Unit, responsible for monitoring of resource rooms and parents of students enrolled in these rooms. The questionnaires and interviews were formulated after having been initially developed a literature on the subject studied. Finishing the work it was found that in Limoeiro/PE, despite the problems identified in the research, the process of inclusion occurs and resource rooms, although still presenting difficulties, has been supporting the educational and social inclusion of students with disabilities and needs special education.

**Keywords:** Inclusive Education. Rooms Feature Multifunction. Disabilities / Special Educational Needs.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO NACIONAL</b>	<b>20</b>
	4.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) .....	21
	<b>PROCEDIMENTOS MEDODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
	<b>ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS .....</b>	<b>24</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, que deve ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais. Porém, no decorrer do tempo a educação especial vem evoluindo de um período onde a escola era apenas integrativa para uma escola com proposta de inclusão. Sabemos que esse processo de transformação não é simples e nem acontece de uma hora para outra, pois envolve uma reformulação educacional e social.

A iniciativa para o estudo deste tema surgiu do interesse pelo trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais do município de Limoeiro que vem tentando realizar um trabalho individualizado e específico para cada tipo de deficiência que o aluno matriculado apresenta. Com o propósito de amenizar algumas dificuldades que impede o aluno com deficiência de participar da vida social de seu grupo. A metodologia utilizada tem como objetivo incluir todo aluno deficiente nas atividades escolares e na sociedade.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica à sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado que ocorre no espaço escolar, são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Para que esse atendimento seja efetivo e eficaz o atendimento precisa ser realizado por professor especializado.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, Educação Especial: Um breve histórico faz um resgate da Educação Especial no país, no estado e município. Nele, é possível ver o que diz a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), A Resolução do Conselho

Nacional de Educação Básica(CNE/CEB) e a do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) a respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O segundo capítulo **Sala de Recursos Multifuncionais no contexto nacional**, discorre sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas com prioridade nas Salas de Recursos Multifuncionais, os alunos que as frequentam e os professores que nelas atuam. Tratam, também, das questões referentes aos aspectos metodológicos da pesquisa, dos sujeitos pesquisados, os instrumentos; e sobre o tratamento dos dados, apresenta as Salas de Recursos como apoio Especializado em Limoeiro/PE, onde se localizam alunos, professores e como ocorre o atendimento.

O capítulo três vem trazendo o resultado da pesquisa, baseado nos termos das leis, nos resultados esperados e na prática pedagógica aplicada nestas salas e as considerações finais acerca do trabalho realizado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da década de 90, com a publicação da declaração de Salamanca, a inclusão passou a ser um tema muito discutido nas políticas educacionais. Com a LDBN( Lei de Diretrizes e Base Nacional) Nº 9394/96, e seu capítulo voltado para pessoas com necessidades educacionais especiais, as escolas passam a ter como missão incluir. (MITTLER, 2003)

Para Matoan (2003), inclusão não se restringe tão somente em inserir o aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Para o referido autor, isto significa dizer que as escolas que receberão os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), deverão garantir o acesso e permanência destes alunos através de reformas físicas, ajustes e um Projeto Político Pedagógico que promova acessibilidade e inclusão, e tenha como formar professores, funcionários e equipe gestora com visão de conjunto no suporte aos professores, alunos e familiares. Sobre isto, o ministro Fernando Haddad (2008, p. 5) fala que:

O benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

Com referência a passagem citada pode-se afirmar que a escola inclusiva é aquela que, para Braga (2006), se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e que sua prática pedagógica é focada na potencialidade de seus alunos e no respeito à heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagens de seus alunos, bem como no acompanhamento do crescimento social/cidadão de cada um.

Nesse sentido, a escola tem o fundamental papel de unir as consciências, tanto dos que a fazem, como da comunidade no entorno geral. Ela precisa fazer cumprir as propostas, leis e decretos acabando com o estigma de que muito do que se escreve fica só no papel. É de grande necessidade, ao incluir, saber e se fazer saber, assim como saber o que se tem e o que se quer alcançar.

Algumas instituições preocupam-se demais com a estrutura física da escola para receber os alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais. Este fator, sem dúvidas, é muito importante, mas é o compromisso, as mudanças de atitudes, o respeito e disposição de cada indivíduo envolvido no processo da inclusão que vai fazer a diferença.

Segundo Oliveira (2006, p.13)

A Constituição Federal de 1988 garante aos alunos com necessidades educacionais especiais, o direito de matrícula em salas regulares de ensino juntamente com o atendimento educacional especializado complementar a escolarização que se dá em salas de recursos, na mesma escola onde está matriculado ou em outra.

Vale ressaltar que este direito também está assegurado na Lei de Diretrizes de Bases (LDB) Nº. 9394/96, no parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 17/01, na resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

Por falta de conhecimento sobre as diferenças, a sociedade, em geral, ainda vê o deficiente como doente, embora diga o contrário. E isso se reflete no descaso com a educação destas pessoas até por parte de seus familiares. Muitos deles são matriculados em escolas comuns por exigência do INSS, ou entidades ligadas à justiça e seus responsáveis, mesmo cumprindo, não buscam e nem fazem valer as leis que os amparam.

Como forma de fazer valer o que diz a Constituição Federal sobre o recurso complementar para as salas de ensino regular, as salas de recursos no Brasil começam a aparecer a partir do ano de 1980, segundo Costa (2009) “configurando-se como um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos”. Neste sentido, para ser considerada instrumento de inclusão as Salas de Recursos devem “atender as necessidades educacionais de cada aluno, transformando as atitudes que impedem o acesso às classes comuns do ensino regular e tornando as escolas mais acessíveis”. (Dutra 2006, p.7)

Desde que inseridos no ensino regular, em salas de aulas comuns, os alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais, passam a receber nestas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), individualizado que vai promover uma melhor resposta na inclusão ao ensino regular. Para que isso ocorra com sucesso, é preciso uma mudança física e atitudinal na escola e na formação docente.

A resolução Nº 04 de 02/10/2009, do Ministério de Educação, institui diretrizes operacionais para o AEE. Com relação a sua função, diz no seu artigo 2º que:

O AEE tem como função complementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras pra sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (DUTRA, 2006, p.13)

Quanto aos professores, a referida resolução afirma no artigo 12º que: “Para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para Educação Especial”. No artigo seguinte fala das atribuições deste profissional e fica claro que em relação ao trabalho na sala de recursos, “o professor tem a função de dar atendimento direto ao aluno e indireto através do contato, orientação e assistência ao professor da sala comum e as famílias”. (Dutra, 2006, p.17).

De acordo com a Nota Técnica Nº 11/2010 do MEC são atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado;

1. Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;

Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;

3. Produzir matérias didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum. A partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.
4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias intersetoriais;
5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
6. Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos; ensino da Língua Brasileira de Sinais- Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa-CAA; ensino do sistema Braille, do uso do Soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva-TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

Segundo Bürkle (2010, p. 15)

As salas de recursos são consideradas o principal suporte a alunos com necessidades especiais que estão inseridos em turmas regulares e também aos professores que trabalham com estas crianças.

As Leis que legitimam e regularizam a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais são claras e objetivas. Porém, nem sempre funcionam como deveriam ser. Na realidade muitos professores são “colocados” nas SRM por não poderem mais ficar em sala regulares por problemas de saúde, horário ou outro motivo qualquer. A maioria vai para estas salas sem muito ou nenhum conhecimento

e vão aprendendo com a prática. Por outro lado, a falta de conhecimento e interação do professor do ensino regular, do gestor e a falta de interação com os profissionais de saúde que acompanham os alunos e com a família tem dificultado o desempenho do trabalho com uma maior eficácia. Em muitos casos as escolas não oferecem a acessibilidade necessária para receber os alunos, e as famílias sem estruturas e descompromissadas com a educação dos seus filhos.

Diante do exposto, com a chegada e implantação das salas de recursos Multifuncionais para alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais em 2011, na cidade de Limoeiro/PE, as questões sobre as práticas pedagógicas e sobre os profissionais que nelas trabalham, ficam passíveis de um maior conhecimento.

Neste sentido, esta pesquisa busca através da análise de prática pedagógica, responder a seguinte questão: As salas de recursos da cidade de Limoeiro/PE vêm contribuindo para a inclusão escolar e social de seus alunos? A nossa problemática versa, portanto, sobre a contribuição da Sala Multifuncional para a inclusão de crianças com deficiência, na cidade de Limoeiro/PE.

Para responder a questão central temos enquanto objetivos específicos:

- ✓ Explicar, através de breve histórico, o programa da sala de recursos contextualizando o município de Limoeiro/PE;
- ✓ Verificar o trabalho desenvolvido nas salas de recursos com crianças deficientes da educação infantil e anos iniciais;
- ✓ Conhecer a real contribuição desta prática, para a inclusão escolar e social destes alunos;
- ✓ Identificar os profissionais envolvidos, sua formação e educação continuada no desenvolvimento deste programa.

A pesquisa em questão foi classificada como empírica ou de campo e ocorreu fundamentada na abordagem qualitativo exploratória, na qual foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações para coleta de dados.



A pesquisa de campo trata-se da observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na realidade. Por meio dela, realiza-se uma coleta de dados acerca do tema e objeto estudado para, em seguida, fazer uma análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica, realizada a princípio. (CAMURRA E BATISTELA, 2007, p. 2).

A coleta de dados foi feita através da pesquisa de campo e teve como sujeitos, professores das salas de recursos multifuncionais, professores de sala de aula comum, dirigentes de escola, coordenadores do programa sala de recursos do Município de Limoeiro e pais de alunos inseridos nestas salas. Para tanto, foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações como instrumentos de pesquisa. Foram entrevistados quatro professores de Salas de recurso, quatro professores de salas comuns, dois gestores, um coordenador municipal e três pais de alunos atendidos. Os questionários e entrevistas foram formulados após o desenvolvimento do levantamento bibliográfico sobre a temática estudada.

### 3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO

De acordo com a declaração de Clarete (2010, p.7), Diretora de Políticas da Educação Especial do Ministério da Educação, em sua Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº11/2010:

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial.

Historicamente, por terem alguma necessidade educativa especial, crianças da Roma antiga no século XV, eram abandonadas em esgotos, nas portas das igrejas ou viravam os chamados “Bobos da corte” (FONTES, 2007).

Martinho Lutero era defensor da teoria de que deficientes mentais deveriam ser castigados para se purificarem visto que seriam seres diabólicos. A partir do século XVI ao XIX, portadores de necessidades especiais passam a ocupar asilos, conventos e albergues (NOGUEIRA, 2008, p.2).

No Brasil, no império, foi criado o Instituto dos Cegos em 1854 e o Instituto dos Surdos em 1857, ambos no Rio de Janeiro, esses institutos foram e ainda são, órgãos bastante importantes para a sociedade. Já no século XX, no ano de 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Com relação à Educação Especial, a LDB 4024/61 traz em seu artigo 88 o seguinte texto: “educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Já em 1971 a Lei 5.692/71 de Diretrizes de Base da Educação, altera este texto ao definir “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais”, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. A partir daí, surgiu com a criação do MEC, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 3º inciso IV traz como objetivo [...] “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O Art. 205 enfatiza a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Por conseguinte, o art. 206, aponta o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o Art. 208 discorre sobre a necessidade de atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino.

É importante ter a compreensão de que a Educação é um direito de todo cidadão, sem exceções. Partindo desta constatação, não é possível conceber que as pessoas com deficiências/necessidades educacionais especiais devam ficar de fora do sistema geral de educação. Neste sentido, a resolução CNE/CEB Nº 02/2001 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirma em seu Art. 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

E complementando, o seu parágrafo único a CNE/CEB Nº 02/2001, diz que estes sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

Por ser um direito assegurado na Constituição Federal, devem as escolas estarem preparadas para receber e cumprir estes direitos. É importante que se tenha sempre a preocupação de oferecer uma educação de qualidade, para assim poder contribuir com o desenvolvimento esperado dos alunos. Neste contexto, a

implantação das Salas de Recursos Multifuncionais aparece como uma medida de promover, aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, uma educação de qualidade. Dutra, em documento nomeado pela portaria Ministerial Nº 555 de 5 de junho de 2007, diz:

A construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, eliminam a discriminação e a segregação, superando modelo de escolas e classes especiais. Nessa perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização assegurando aos alunos público alvo da educação especial a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola. (DUTRA(2008,p.3)

Considerando todo este breve histórico, vale dizer que, apesar da legislação existente no país, ainda é possível observar situações de exclusão. Isso ainda acontece devido ao fato de as escolas receberem as crianças esperando que elas se adaptem às condições da escola ao invés das escolas se prepararem para poder recebê-las.

Em fevereiro de 2000, Pernambuco, atendendo a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que considera a educação especial como uma política da educação escolar, que se baseia no paradigma da diferença enquanto construção do sujeito cultural, histórico, político e social, resolvem através da resolução CEE/PE 01/2000, posto que em seu artigo 4º § 2, atender os educandos portadores de necessidades educacionais especiais também em salas de recursos oferecidas em contra turno à sala de aula comum. O seu art. 8º parágrafo Único, diz que o atendimento educacional em sala de recurso, classes especiais, serviços itinerantes e outros será garantido pela escola para responder e traduzir os desafios impostos pelas diferenças na construção de sujeitos singulares.

Reconhecer e garantir o direito do cidadão com deficiência/necessidades educacionais especiais, a terem um atendimento individualizado que possa dar apoio no processo de inclusão escolar é, de fato, o que se espera, porém, o grande desafio é justamente garantir a qualidade do trabalho desenvolvido para este fim. As instituições de ensino precisam ser mais assessoradas tanto na estrutura física/material, quanto na formação de todos que compõem a instituição e em especial os professores.

Em Limoeiro/PE, as salas de recursos são o que se pode dizer, “novas” no contexto da inclusão. Foi chegando e passou a funcionar a partir de 2011. Não há, ainda, no município uma resolução que discorra sobre esta prática. A inclusão nas escolas se dá com bases na LDBN, na Resolução CNE/CEB na resolução estadual, 01/2002. Portanto, não há concurso específico para professores especializados em Educação especial. Para compreender melhor como devem funcionar as SRM, será discutido no próximo capítulo suas estruturas e seus objetivos.

#### **4 SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO NACIONAL**

Visando favorecer a maior acessibilidade das escolas públicas e garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais em salas regulares de ensino, no ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixo a acessibilidade arquitetônica e dos prédios escolares, a implantação das Salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

As salas de Recursos são ambientes que possuem mobiliário, material didático e pedagógico, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais, nas Escolas Públicas. De acordo com as orientações do Ministério da Educação:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por objetivos identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de garantir a participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O ensino oferecido neste atendimento é diferente do ensino escolar e, portanto não deve ser confundido como espaço de reforço escolar nem tão pouco como local de complementação das atividades escolares (Nota Técnica 04/2009 do MEC/SEE/SP, 2008).

A SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada Plano de Ações Articuladas (PAR) e no Censo Escolar. De 2005 a 2014 foram oferecidas 15.498 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendendo 4.564 municípios brasileiros - 82% do total. (MEC-2014). Uma nova licitação foi realizada e 4,000 novas salas serão implantadas até junho de 2014.

Sem dúvidas, houve um grande investimento para com as salas de recursos multifuncionais nos últimos anos, isto vem ocorrendo por reconhecimento e valorização ao processo educacional inclusivo.

#### **4.1. Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

A Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 no seu artigo 5º define que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivos das classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitários, filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Neste contexto, é necessário que a escola cumpra sua função social e construa uma proposta pedagógica de valorização as diferenças tanto nas salas regulares quanto no atendimento às necessidades específicas dos seus alunos.

O AEE nas salas de recursos multifuncionais segundo Dutra (2006, p. 15),

[...] se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Já a pesquisadora Enicéia da UFSCAR (2008) explica que:

O modelo de AEE muitas vezes não atende as necessidades da maior parte das crianças com necessidades especiais porque o que é feito na sala de aula regular não percorre a mesma linha do que é realizado na sala de recursos. Muitos dos que assumem o AEE não têm habilidades para lidar com a criança – lembrando que, nas salas multifuncionais, o MEC orienta a não separar os alunos por deficiência.

Para que o atendimento educacional especializado, atenda seus objetivos é preciso que a Instituição que a oferece, tenha a compreensão que as dificuldades arquitetônicas e pedagógicas devam ser adaptadas as diferentes necessidades. Para que isso aconteça, é preciso o engajamento de todos para determinar no Projeto Político Pedagógico (PPP) a proposta inclusiva da escola.

Segundo Fernandes (2008) o que acontece, muitas vezes, é que além do despreparo de alguns professores, não há o intercâmbio necessário entre o

professor da sala de recursos com professor da sala de aula comum na qual o aluno está inserido e o profissional da saúde que o acompanha. Completando, o autor afirma que essa prática acarreta sérios problemas, pois cada um trabalha de forma isolada e o resultado esperado não ocorre. Se não houver um constante acompanhamento, planejamento e avaliação dos resultados, por parte de todos que acompanham este aluno, o trabalho não surtirá efeito podendo até prejudicar mais ainda o aluno.

Os alunos a serem atendidos nas salas de recursos são aqueles que ao longo da sua aprendizagem apresentem de forma temporária ou permanente, alguma necessidade educacional especial. Entre eles estão os alunos que apresentam alguma deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação. Estes alunos devem frequentar à sala de recursos no mínimo duas vezes por semana. (AGNOL, COMIN E INOCENTE, 2010) O atendimento se dará de forma individualizada e planejada de acordo com as necessidades de cada um.

De acordo com a Resolução do CNE/CEB nº 04/2009, para atuar na AEE o professor além de ter formação inicial e específica que o habilita, deverá realizar a complementação ou suplementação curricular do aluno, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos, em período contrário ao da classe comum frequentada por este aluno.

É importante que este professor participe de todas as atividades da escola, afinal, ele é sujeito da mesma. Também se faz necessário à participação em cursos e demais formações para esta área, visto que ele está em constante aprendizado. Não podendo esquecer a colaboração entre os professores e profissionais de saúde.

Para tal, é preciso que o entendimento sobre educação inclusiva que, segundo DUTRA (2008) constitui um paradigma educacional fundamentada na concepção de direitos humanos e que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis sejam comuns a todos que formam a instituição acolhedora.



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreensão e aprofundamento do tema proposto o estudo foi desenvolvido na cidade de Limoeiro, agreste pernambucano, nas escolas municipais que tem oferecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas pelo MEC nas escolas que têm matriculados alunos com algum tipo de deficiência, apontada no Censo Escolar.

O período de pesquisa foi de fevereiro a março de 2014. E para a realização deste estudo foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa, que envolve a obtenção de dados descritivos em contato direto com a situação estudada. Entre os diversos tipos de pesquisa qualitativa, foi utilizado o estudo de caso.

Com a finalidade de obter maior detalhamento sobre o tema, uma vez que neste método pode-se obter uma maior descrição sobre os dados coletados. Uma das características da pesquisa qualitativa é o conhecimento do significado que as pessoas designam as coisas, sendo que a perspectiva dos participantes é o foco principal dessa pesquisa.

A pesquisa de campo é utilizada como instrumento de levantar informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema ou hipótese, para qual se procura uma resposta com o objetivo de descobrir ou comprovar fenômenos.

Para esclarecer melhor estas questões, foi desenvolvido um trabalho junto às escolas que oferecem as salas de recursos multifuncionais e as que não têm, mas, têm seus alunos atendidos. Também foi possível entrevistar alguns pais e professores. Com estas entrevistas foi possível formar um panorama geral acerca dos ganhos, do que necessita e demais dificuldades encontradas.

Além das observações e anotações, os dados coletados através dos questionários aplicados a coordenadores, professores das salas de recursos multifuncionais, professores do ensino regular assistidos, gestores e pais destes alunos, foram suficientes para:

- ✓ Verificar a eficácia do trabalho desenvolvido nas salas de recursos com crianças deficientes da educação infantil e nos anos iniciais e finais;

- ✓ Compreender a verdadeira contribuição dos atendimentos especializados das SEM, para a inclusão escolar e social destes alunos;
- ✓ Identificar os profissionais envolvidos, sua formação acadêmica e formação continuada, no desenvolvimento desta metodologia de suporte a inclusão escolar e social.

## **ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS**

O estudo foi realizado no Município de Limoeiro, região agreste de Pernambuco. Como ponto de partida, foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Educação para conversar com a Coordenadora Municipal de Educação Especial, a fim de conhecer dados e solicitar permissão para visitar as escolas.

O mesmo afirmou que das 21 escolas municipais e três creches, todas estão inseridas no processo de inclusão, porém salas de recursos multifuncionais havia em onze delas e mais duas estão em fase de implantação. Destas, cinco na zona urbana e seis na zona rural. Do MEC, já foram enviadas mais cinco kits para implantação de novas salas, mas o município ainda não tem disponibilidade de profissionais para atuar. Por isso, os kits estão guardados aguardando as providências cabíveis para a implantação. Destas onze em funcionamento, todas atendem crianças com diversas deficiências e necessidades educacionais, além dos alunos frequentando salas regulares na mesma escola, atendem também alunos vindos de outras escolas municipais e de redes de ensino estadual e particular.

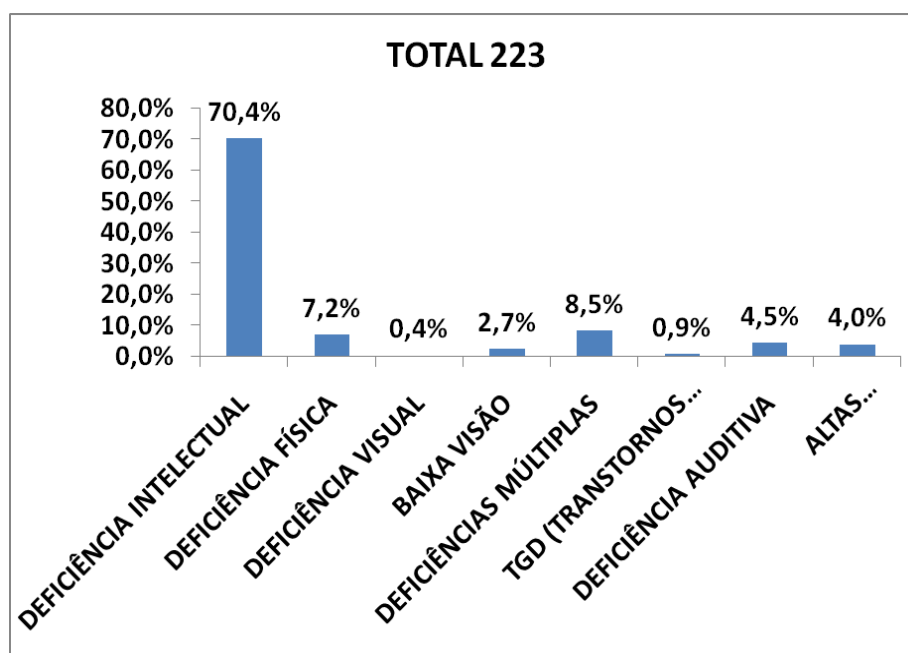
Para o atendimento dos alunos nestas SRM estão lotados dois professores, um em cada turno, já que os alunos são atendidos no contra turno. O público atendido nas salas são alunos com deficiência intelectual, deficiência visual, baixa visão, deficiência auditiva, deficiência física, deficiências múltiplas, TGD (transtorno global do desenvolvimento) altas habilidades/superdotação. Para atender a estes alunos, a sala dispõe de professores, equipamentos eletrônicos como: computadores, impressoras, laptops, tecnologias assistivas, jogos pedagógicos com aspectos lúdicos, jogos pedagógicos adaptados às necessidades especiais, livros didáticos e paradidáticos, etc.

No município há matriculados no ensino regular 223 alunos diagnosticados, ou seja, com laudo e acompanhamento médico, e 189 estão em processo de diagnóstico através de um projeto que envolve as Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação.

Os diagnosticados são assim distribuídos:

- ✓ Deficiência Intelectual – 157
- ✓ Deficiência física – 16
- ✓ Deficiência Visual – 01
- ✓ Baixa visão – 06
- ✓ Deficiência Auditiva – 10
- ✓ Deficiências múltiplas – 19
- ✓ TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) – 02
- ✓ Altas habilidades – 09

Para melhor visualização do quantitativo de alunos com deficiência no município matriculado no ensino regular vejamos o gráfico abaixo:



Para apoiar o processo de inclusão e garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência ao ensino regular, o município conta com 11 Salas de Recursos Multifuncionais. Elas se localizam nas seguintes escolas Municipais:

#### Zona urbana

- ✓ Salomão Ginsburg
- ✓ João Heráclio Duarte
- ✓ Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo
- ✓ São Francisco

- ✓ Presidente Tancredo Neves

Na zona rural são seis salas nas escolas Municipais:

- ✓ Aluísio de Aquino
- ✓ Manoel Marques da Silva
- ✓ Luís Sátiro
- ✓ Cônego Deusdedith
- ✓ Maria Quitéria
- ✓ José Vieira.

Estas Salas de Recursos fazem o atendimento de alunos da própria escola e de outras, tanto da rede estadual quanto da particular, desde que o aluno esteja matriculado no ensino regular. Através do Plano de Ações Articuladas (PAR) o município foi contemplado com mais três salas para AEE, bem como a aquisição de dois ônibus adaptados para fazer o transporte dos alunos públicos da educação especial.

Com relação às adaptações arquitetônicas dez escolas já receberam do governo federal verba do Programa Escola Acessível para melhorar o acesso dos alunos nos ambientes escolares. No que se referem ao material pedagógico, equipamentos eletrônicos e tecnologias assistivas, tudo foi enviado pelo MEC, e complementado pela construção de jogos com sucatas pelos próprios professores ou adquiridos com a verba UEX, que vem para as escolas sanarem suas necessidades. Quanto ao mobiliário, ainda estão aguardando desde 2009 o MEC disponibilizar. O que diverge da Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 que diz que o MEC deve disponibilizar este material e equipamento. Enquanto isso, as escolas vão fazendo adaptações. O atendimento, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), ocorre no contra turno com um cronograma de dias e horários planejados, conjuntamente, com os professores e a família de acordo com a necessidade de atendimento do aluno.

Após esta breve pesquisa foram feitas visitas às escolas, conversas com gestores, professores de sala regular, com alunos atendidos nas salas de recursos,

professores das salas de recursos, pais de alunos que frequentam as duas salas. Para concluir o trabalho de pesquisa foram distribuídos questionários com professores, gestores e pais para análises.

Os questionários feitos aos 17 professores que atuam nas SRM mostraram que nem todos têm formação específica para atuação. Diferente do que diz a Resolução CNE/CEB Nº 04/2009 sobre “professores para atuarem nas SRM devem ter formação inicial que os habilitem para a docência e formação específica na Educação Especial”, a maioria dos que estão têm a formação para docência, porém ainda não têm formação específica para Educação Especial. Eles vão aprendendo com a prática, leituras, contatos com profissionais que fazem acompanhamento aos alunos e capacitações ministradas pela Secretaria de Educação Municipal.

Outra questão apresentada foi a respeito dos materiais pedagógicos disponíveis, em que os professores disseram haver necessidade de maior quantidade, principalmente para poder compartilhar com as salas de aula comuns.

Para uma maior eficácia do trabalho desenvolvido com os alunos, o contato estabelecido entre os professores das SRM e salas regulares deve ser uma constante, tanto para subsidiar o planejamento das atividades necessárias no atendimento individual de cada aluno como para discutir estratégias de adaptações necessárias para o desenvolvimento dos alunos para a garantia de igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem, mas os professores apresentaram uma certa dificuldade devido ao fato de em contra turnos eles estarem em outros compromissos distantes da escola ou por esses alunos serem de outras unidades e professores nem se conhecerem. Mesmo assim, há colaboração através de relatórios ou questionários. Tentando sanar esses problemas

A Secretaria Municipal de Educação, através de sua Unidade de Educação Especial promove bimestralmente encontros pedagógicos com os professores que atuam nas Salas de Recursos e participa, ativamente, de encontros com gestores escolares, coordenadores e professores das salas regulares para subsidiar e direcionar ações necessárias para um bom atendimento dos alunos com deficiência nas escolas que estão matriculados.

Quanto ao acompanhamento/orientação por parte da secretaria de Educação os professores questionados informaram que são estimulados a fazerem cursos de capacitação e que recebem visitas nas salas, de supervisores da Secretaria Municipal de Educação. Quando questionados sobre a qualidade do atendimento realizado nas Salas de Recursos, os professores do ensino regular e os pais entrevistados foram unânimes em dizer que deveria haver uma maior interação dos professores de sala comum e salas de recursos, e os professores ainda apontaram necessidade de maior formação, mais comprometimento das famílias com o processo de aprendizagem das crianças, acompanhamento sistemáticos aos profissionais específicos para cada deficiência e continuidade dos tratamentos médicos que garantem uma melhoria na qualidade de vida dessas crianças.

Para os professores o que mais precisa para melhorar o atendimento nas SRM “é a ampliação de especialistas na área de saúde, com mais psicólogos, neurologistas, psiquiatras, fisioterapeutas e outros. Também se precisam aplicar mais recursos na compra de material pedagógico e mobiliário”.

A secretaria Municipal de Educação não tem psicopedagogo para atuar junto às escolas. A profissional que atende na policlínica Regional presta atendimento às crianças de Limoeiro/PE nas três redes e atende crianças dos municípios vizinhos, o que torna quase impossível a interação com os professores do AEE em Limoeiro/PE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados relatados nesta pesquisa têm como objetivo fazer uma resumida amostragem das Salas de Recursos Multifuncionais, como instrumento de inclusão e eliminação das barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência. Atualmente, a inclusão dos alunos com deficiências nas redes regulares de ensino é cada vez mais frequente, porém se faz necessário à preparação e a compreensão a respeito de como isso deve acontecer desde o acolhimento, a integração e permanência destes alunos, garantindo uma educação que oportunize vez e voz em um espaço que desenvolva autonomia para todos de forma igualitária.

A secretaria Municipal de Educação através de sua Unidade de Educação Especial disponibiliza capacitações para os professores das SRM, professores do ensino regular, coordenadores e gestores escolares e reuniões com os pais. Com recursos do PDDE referentes à acessibilidade, algumas escolas que receberam tal recurso fizeram adequações em seus banheiros, rampas e portas. Isso significa 50% das escolas, as demais precisam de adaptações, mas já existem projetos para esta ação.

No âmbito escolar, os gestores se mostraram confiantes neste trabalho, mas reconhecendo as dificuldades encontradas ao longo do processo. Os professores que atuam nas salas de recursos mostraram-se bastante empenhados em exercer com eficácia o seu papel, porém sentem falta de uma maior compreensão por parte dos professores que atuam no ensino regular, que exige deles, muitas vezes, mais do que o aluno pode corresponder, devido as suas limitações acarretadas por sua deficiência, principalmente de outras escolas e redes. Outro ponto que também dificulta os trabalhos dos gestores é a participação e parceria das famílias. Poucas demonstram comprometimento necessário para o bom desenvolvimento do trabalho.

No que diz respeito à responsabilidade dos pais ficou claro, para os que acompanham seus filhos neste processo, que as atividades desenvolvidas nestas salas de recursos vêm contribuindo muito para o desenvolvimento escolar e social da criança. Todos têm um fato importante para contar sobre o quadro evolutivo de seus filhos. Uma mãe relatou que seu filho se mostrava muito tímido e relutante em



ir a uma escola regular. Depois de frequentar a sala de recursos tem se mostrado confiante, conversador e participativo na escola. Outra mãe relatou que sua filha não conseguia reter nenhuma informação por mais de 10 minutos e hoje já faz “continhas”, lê pequenos textos, compreende melhor as explicações e faz as tarefas de casa com mais facilidade, além de conversar e expressar gostos e desejos, o que antes não fazia.

Durante as visitas foi possível presenciar o professor da sala de recursos disponibilizando ao professor da sala de aula comum um material pedagógico do tipo adaptado à necessidade especial, para ser usado por um aluno das duas salas. Isso demonstra o entrosamento entre os professores e a importância que isso representa.

Concluo este trabalho fazendo uma reflexão de que em Limoeiro/PE, apesar dos problemas autênticos e desestimuladores, o processo de inclusão ocorre e as salas de recursos, mesmo que lentamente, vem dando suporte a inclusão escolar e social às pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. Também fica o desejo de poder contribuir com a educação local, no sentido de perceber a necessidade de maior capacitação dos professores, articulação entre as famílias e sociedade em geral e melhoria na infraestrutura, física e material, das salas de recursos a fim de proporcionar maiores condições de trabalho e aprendizagem para os que usufruem destes espaços.

Para não concluir, consideram-se as palavras da pesquisadora Terezinha Odete Volkmann (1999), quando em sua pesquisa diz que “A sala de recursos é uma opção viável e segura, capaz de aportes para o aluno superar as dificuldades, dentre as modalidades da educação especial”. Diz ainda, “acreditar ser essa a menos segregadora, desde que seja realizado um trabalho competente por parte dos professores e da escola”.

Assim temos muito a caminhar para que iniciativas como as SRM se concretizem para que amenizemos as desigualdades sociais, lembrando que a inclusão não é apenas para os alunos com deficiência física ou cognitiva, mas para toda a comunidade escolar.

Enfim, podemos reafirmar que a política de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

## REFERÊNCIAS

BERTUOL, Claci de Lima. Salas de recursos multifuncionais: Apoios Especializados à Inclusão Escolar. Cascavel-PR. 2010.

BRAGA, Rodrigo. São Paulo. 2006

BRASIL. Decreto 5.626. Brasília: Casa Civil, 2005.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de, Pesquisa Aplicada à educação. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; BEZERRA, Lebiã Tamar Silva (Orgs.). Trilhas do Aprendiz. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009. V.5, p.154-204.

CLARETE, Martinha. Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do atendimento educacional especializado – AEE em salas de Recursos Multifuncionais, implantados nas escolas regulares. Brasília, 2010.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer Nº 17, de 3-7-01. Sobre Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001).

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 2, de 11-9-01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001).

\_\_\_\_\_. Resolução CEE/PE nº 01/2000, de 16 de fevereiro de 2000.

CORRÊA, Érico Kundé. Uma proposta de cooperação entre instituições de ensino visando à inclusão. Cuiabá-MT, 2009.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. A educação inclusiva. In: MARQUEZINE, Maria Cristina e outros (coord.). Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. Londrina: Editora UEL, 1998, p. 379-380.

DUTRA, Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2006, p.7. 15

FERNANDES, Álvaro. Da segregação à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. 2008

\_\_\_\_\_. Cláudia Pereira, et al. Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - janeiro de 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (coord.). Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. p. 157-176, São Paulo: Memnon, 2001.

MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, 2008, p 2.

MEC. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Especial, 2001.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação (MEC), 2009.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

MENDES. Enicéia Gonçalves. Pesquisas sobre inclusão escolar: Revisão da agenda de um grupo de pesquisa. Revista Eletrônica de Educação, v. 2, n. 1, jun. 2008. ISSN 1982-7199.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Denise Gotti. Salas de Recursos. Brasília-DF. 2006, p.13

SARTORETTO, Mara Lúcia. Atendimento Educacional Especializado. Assistiva Tecnologia e educação. 2012

## ANEXOS

### Questionário Para o Coordenador Municipal da Unidade de Educação Especial

Este questionário foi instrumento utilizado durante a pesquisa como parte fundamental para a construção do texto monográfico “Sala de Recursos como instrumento e eliminação de barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distância - UAB/UFPB/Virtual.

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Município: \_\_\_\_\_  
Nome do (a) Coordenador (a): \_\_\_\_\_  
Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_  
Data da entrevista: \_\_\_\_\_

#### QUESTIONÁRIO

1. Quantas salas de recursos multifuncionais existem em Limoeiro? \_\_\_\_\_
2. Quantos alunos têm matriculados? \_\_\_\_\_
3. O número de salas de recursos é suficiente para atender à demanda?  
☐ Sim  
☐ Não. Quantas seriam necessárias? \_\_\_\_\_
4. Em média, quantos alunos são atendidos em cada sala de recursos multifuncional de seu Município? Assinale uma alternativa:  
☐ Menos de 10  
☐ Entre 10 e 20  
☐ Mais de 20. Quantos? \_\_\_\_\_
5. Quantos professores atuam em cada sala de recursos multifuncionais?  
\_\_\_\_\_
6. Quais os tipos de deficiências atendidas nas salas de recursos multifuncionais do seu Município?  
☐ Aluno com deficiência intelectual  
☐ Aluno com baixa visão  
☐ Aluno com deficiência visual  
☐ Aluno com deficiência auditiva  
☐ Aluno com surdez  
☐ Aluno com deficiência física

- ☐ Aluno com deficiências múltiplas
- ☐ Aluno com transtorno global do desenvolvimento
- ☐ Outros. Quais? \_\_\_\_\_

7. Como é organizado o atendimento das salas de recursos multifuncionais com relação a sua demanda? Assinale uma alternativa:

- ☐ Cada sala atende a um tipo de deficiência
- ☐ Todas as salas atendem a todos os tipos de deficiência
- ☐ Algumas salas atendem determinadas deficiências e outras atendem a todos os tipos de deficiências.
- ☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

8. Como é definido a organização do AEE oferecido nas salas de recursos multifuncionais? Assinale uma alternativa:

- ☐ A formação dos professores em uma deficiência específica (intelectual, física entre outras).
- ☐ A formação do professor específica para o AEE.
- ☐ A demanda de alunos
- ☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

9. Quais equipamentos que faltam para atender melhor as especificidades dos alunos? \_\_\_\_\_

10. De onde vem os recursos financeiros, no Município, para complementação de equipamentos e de materiais das salas de recursos multifuncionais? \_\_\_\_\_

11. Qual a formação mínima exigida para os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais de seu Município? \_\_\_\_\_

12. Existe algum programa de formação continuada para os professores das salas de recursos multifuncionais promovido pelo próprio Município? Qual/quais? \_\_\_\_\_

13. Indique quais adequações físicas foram (estão sendo, serão) executadas nas escolas de sua rede de ensino:

- ☐ Construção ou adequação de rampas
- ☐ Adequação de banheiros
- ☐ Sinalização sonora
- ☐ Alargamento de portas
- ☐ Sinalização visual
- ☐ Sinalização tátil
- ☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_
- ☐ Nenhuma adequação ainda

14. Os profissionais que projetaram, executaram e acompanharam as adequações físicas na sua escola conhecem e obedeceram a NBR 9050 que dispõe das normas técnicas de acessibilidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei.

15. Como é feito o intercâmbio/diálogo, das escolas com Sala de Recursos e esta coordenadoria? \_\_\_\_\_

16. Qual período e como é feita a avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nas Salas de Recursos? \_\_\_\_\_

17. Quais materiais dispõe a Sala de Recurso tipo 1? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do coordenador(a)

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.  
Atenciosamente – Maria Lúcia de A. Rodrigues**

## Questionário para o Professor da Sala de Recursos

Este questionário foi instrumento utilizado durante a pesquisa como parte fundamental para a construção do texto monográfico “Sala de Recursos como instrumento e eliminação de barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distância - UAB/UFPB/Virtual

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola \_\_\_\_\_  
 Nome do Professor \_\_\_\_\_  
 Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Formação Acadêmica \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço como Professor \_\_\_\_\_ Data da entrevista \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

1. Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado?

Descreva o Plano em suas etapas:

Resposta: \_\_\_\_\_

2. Antes de trabalhar em salas de recursos multifuncionais, que tipo de experiência profissional você teve? Assinale uma ou mais alternativas:

- ☐ Escola especial
- ☐ Escola comum
- ☐ Classe especial
- ☐ Sala de recursos
- ☐ Não tive experiências anteriores
- ☐ Outras: Especifique \_\_\_\_\_

3. Qual a participação da família no AEE?

Resposta: \_\_\_\_\_

4. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

- ☐ Sempre no período oposto ao da escola.
- ☐ Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.
- ☐ As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto.

5. Em que atividade do AEE você dispende mais tempo? Assinale uma alternativa

- ☐ Atendimento ao aluno.
- ☐ Na produção de material
- ☐ Articulação com o professor da sala de aula.
- ☐ Planejamento e AEE.
- ☐ Atendimento às famílias.

6. Como são estabelecidos os contatos entre você e os professores da classe comum para discutirem sobre os alunos que estão sob responsabilidade de ambos? \_\_\_\_\_

7. É realizado algum tipo de acompanhamento/orientação por parte da escola nas atividades desenvolvidas com alunos? \_\_\_\_\_



8. Em sua opinião o que poderia ser feito ou mudado para melhorar o atendimento na Sala de Recursos? \_\_\_\_\_

9. Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais? Assinale uma ou mais alternativas:

- ( ) Aluno com deficiência intelectual. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com baixa visão. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com deficiência visual. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com deficiência auditiva. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com deficiência física. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com deficiências múltiplas. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Outros/Quais e quantos? \_\_\_\_\_

10. Quais as diferenças do trabalho do AEE desenvolvido pelo professor de sala de aula regular?

Resposta: \_\_\_\_\_

11. Como acontece, onde e quem promove as formações continuadas? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.  
Atenciosamente – Maria Lúcia de A. Rodrigues**

### Questionário para o Professor da Sala de Aula Comum

Este questionário foi instrumento utilizado durante a pesquisa como parte fundamental para a construção do texto monográfico “Sala de Recursos como instrumento e eliminação de barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distancia - UAB/UFPB/Virtual

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola \_\_\_\_\_  
Nome do Professor \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_  
Formação Acadêmica \_\_\_\_\_  
Tempo de serviço como Professor \_\_\_\_\_ Data da Entrevista \_\_\_\_\_

#### QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como um instrumento à serviço da inclusão?  
( ) Sim  
( ) Não
2. Você sabe quem é o público alvo do AEE?  
Explique: \_\_\_\_\_
3. Sua escola tem uma sala de recursos multifuncionais? Se não, há uma escola próximo que a possui?  
Resposta \_\_\_\_\_
4. Você tem alunos que frequentam esta sala?  
Resposta: \_\_\_\_\_
5. Quais são as ações desenvolvidas por meio do AEE na sua sala? \_\_\_\_\_
6. O AEE contribuiu para a melhoria do desempenho escolar de seu aluno que frequenta esse serviço? Se sim, em que? \_\_\_\_\_
7. Como você se articula com o professor do AEE para que ambos possam atender adequadamente as necessidades do aluno que tem em comum? \_\_\_\_\_
- 8- O que distingue o AEE do ensino desenvolvido por você, em sala de aula? \_\_\_\_\_
9. Que recursos foram disponibilizados pela Sala de Recursos Multifuncionais para o aluno com deficiência utilizar em sala de aula? \_\_\_\_\_
- 10- Você percebeu alguma diferença na sua maneira de ensinar a partir do impacto do AEE em sua sala de aula? \_\_\_\_\_

---

Assinatura do professor

### Questionário para a Gestor Escolar

Este questionário foi instrumento utilizado durante a pesquisa como parte fundamental para a construção texto monográfico “Sala de Recursos como instrumento e eliminação de barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distancia - UAB/UFPB/Virtual

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola \_\_\_\_\_  
 Nome do gestor \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_  
 Formação Acadêmica \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço como gestor \_\_\_\_\_

#### QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como instrumento de promoção de direitos e como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

- ☐ Sim  
☐ Não

2. Quais são as ações que favorecem a inclusão que são desenvolvidas na sua escola?

- ☐ Oferece o AEE.  
☐ Promove formação continuada de professores de AEE.  
☐ Promove formação continuada de professores da sala de aula comum.  
☐ Oportuniza acessibilidade nos espaços e materiais escolares, entre outros.  
☐ Orienta às famílias.  
☐ Estabelece parceria com outros setores na comunidade.  
☐ Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

3. Quantos alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais da sua escola?

Quantos são de sua escola? \_\_\_\_\_

Quantos são de outras escolas? \_\_\_\_\_

4. O que distingue o trabalho da sala de recursos multifuncionais do trabalho oferecido pelos professores das salas de aula da sua escola? \_\_\_\_\_

5. O AEE faz parte do projeto político pedagógico de sua escola?

- ☐ Sim  
☐ Não. Porquê \_\_\_\_\_

6. Houve impacto do AEE na aprendizagem dos alunos da educação especial de sua escola? \_\_\_\_\_

- ☐ Sim  
☐ Não. Por quê? \_\_\_\_\_

7. Você estabelece algum tipo de intercâmbio/diálogo com o professor da sala de recursos multifuncionais, com outros diretores da rede e com o coordenador de Educação Especial do Município?

☐ Não.

☐ Sim. Como? \_\_\_\_\_

8. Indique quais adequações físicas foram (estão sendo, serão) executadas em sua escola:

☐ Construção ou adequação de rampas

☐ Adequação de banheiros

☐ Sinalização sonora

☐ Alargamento de portas

☐ Sinalização visual

☐ Sinalização tátil

☐ Outros. Especifique:

☐ Nenhuma adequação ainda.

9. Como é feito o ingresso dos alunos à sala de recursos? \_\_\_\_\_

10. Os relatórios de acompanhamento são feitos como?

☐ Mensalmente

☐ Bimestre

☐ Outro \_\_\_\_\_

11. Quem e como são feitas as avaliações dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na Sala de Recurso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Gestor

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.  
Atenciosamente – Maria Lúcia de A. Rodrigues**

**Questionário para pais/mães ou responsáveis por alunos que frequentam a sala comum e a sala de recursos multifuncionais.**

Este questionário foi instrumento utilizado durante a pesquisa como parte fundamental para a construção do texto monográfico “Sala de Recursos como instrumento e eliminação de barreiras para a plena participação social dos alunos com deficiência em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distância - UAB/UFPB/Virtual

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Escola \_\_\_\_\_  
Responsável pela informação \_\_\_\_\_  
Grau de parentesco com o aluno \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Formação Acadêmica \_\_\_\_\_

**QUESTIONÁRIO**

1-Desde quando seu filho frequenta a sala de aula regular?

\_\_\_\_\_

2-Quando e porque ele foi matriculado numa sala de Recursos Multifuncionais? \_\_\_\_\_

3-O que mudou na vida do seu filho, no contexto escolar e social, depois deste trabalho na sala de recursos multifuncionais? \_\_\_\_\_

4-O que você acha que falta ou que deveria melhorar para que a AEE funcione melhor? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pai ou responsável

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.  
Atenciosamente – Maria Lúcia de A. Rodrigues**